

Demonstrações Contábeis

Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos acionistas e Administradores da
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Ênfase

Chamamos atenção a nota explicativa n.º 2.7 às demonstrações contábeis, que descrevem a mudança voluntária na política contábil de classificação de aplicações financeiras como equivalentes de caixa pela Companhia a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior e ao saldo de abertura do último exercício apresentado, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.




**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC 2SP-034519/O


Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

BRASVENTOS EOLO GERADORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	3	24.521	33.922	33.017
Contas a receber de clientes		4.348	1.167	5.585
Contas a receber partes relacionadas	4	30.847	528	-
Estoques		274	3.411	1.125
Conta de ressarcimento	5	-	3.308	3.173
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		527	723	326
Outros tributos a recuperar		354	354	525
Seguros a receber		572	-	-
Outros ativos		3.122	1.688	1.361
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		64.565	45.101	45.112
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>				
Cauções e depósitos vinculados		3.069	3.248	3.390
Tributos diferidos		4.337	3.231	1.493
Contas a receber partes relacionadas	4	721	721	-
Imobilizado, líquido	6	152.711	166.211	165.189
Intangível, líquido		43	64	86
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		160.881	173.475	170.158
TOTAL DO ATIVO		225.446	218.576	215.270
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>				
Fornecedores		6.448	3.655	591
Conta de ressarcimento	5	57.809	4.948	-
Passivo de arrendamento	7	-	300	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		189	182	-
Tributos a pagar		855	584	644
Dividendos a pagar		-	371	280
Outras obrigações		1.043	1.041	1.307
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		66.344	11.081	2.822
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>				
Contas a pagar partes relacionadas		5.223	5.223	4.658
Conta de ressarcimento	5	6.107	41.364	26.044
Passivo de arrendamento	7	-	5.146	5.391
Provisão para desmobilização		3.496	3.089	1.266
Tributos diferidos		-	242	233
Outras obrigações		159	287	276
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	565
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		14.985	55.351	38.433
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
Capital social subscrito e integralizado		132.106	132.106	158.657
Reserva de lucros		12.011	20.038	15.358
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	144.117	152.144	174.015
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		225.446	218.576	215.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BRASVENTOS EOLO GERADORA DE ENERGIA S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	9	31.704	34.469
Custo de produção e operação de energia	10	<u>(34.405)</u>	<u>(27.629)</u>
LUCRO BRUTO		<u>(2.701)</u>	<u>6.840</u>
Gerais e administrativas		(249)	(360)
Outras despesas operacionais		<u>(38)</u>	<u>(1.064)</u>
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		<u>(287)</u>	<u>(1.424)</u>
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		<u>(2.988)</u>	<u>5.416</u>
Receitas financeiras		3.256	2.968
Despesas financeiras		<u>(1.726)</u>	<u>(1.586)</u>
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	11	<u>1.530</u>	<u>1.382</u>
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(1.458)	6.798
Imposto de renda e contribuição social corrente		(3.082)	(2.814)
Imposto de renda e contribuição social diferido		675	787
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	12	<u>(2.407)</u>	<u>(2.027)</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>(3.865)</u>	<u>4.771</u>

BRASVENTOS EOLO GERADORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(3.865)	4.771
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(3.865)	4.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRASVENTOS EOLO GERADORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reserva de Investimentos		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		158.657	1.327	14.031	-	174.015
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.771	4.771
Redução de capital		(26.551)	-	-	-	(26.551)
Constituição de reserva legal		-	239	-	(239)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	4.441	(4.441)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(91)	(91)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8	132.106	1.566	18.472	-	152.144
Prejuízo do exercício		-	-	-	(3.865)	(3.865)
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	(4.162)	-	(4.162)
Absorção de prejuízo do exercício		-	-	(3.865)	3.865	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8	132.106	1.566	10.445	-	144.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BRASVENTOS EOLO GERADORA DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2024	2023
			(Reapresentado)
Atividades operacionais:			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(3.865)	4.771
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		9.104	8.935
Baixa de ativo imobilizado	10	49	-
Atualização monetária sobre ressarcimento	11	551	769
Juros sobre arrendamento	11	409	522
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	11	(333)	(413)
Tributos e contribuições sociais diferidos	12	(675)	(787)
Atualização provisão para desmobilização	11	407	88
		5.647	13.885
Variação de ativos e passivos operacionais			
		(4.957)	23.402
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2.506)	(2.571)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	7	(409)	(522)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(2.225)	34.194
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	6	(2.907)	(7.026)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados		-	555
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(2.907)	(6.471)
Atividades de financiamentos:			
Dividendos pagos		(4.533)	-
(Aplicações) resgates de garantias de financiamento		512	-
Redução de capital		-	(26.551)
Pagamentos de arrendamentos (principal)	7	(248)	(267)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(4.269)	(26.818)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(9.401)	905
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		33.922	33.017
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		24.521	33.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. ("Companhia"), situada na Fazenda Santa Izabel, s/n, CEP 59596-000, com sede em Galinhos, Estado do Rio Grande do Norte, é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída com o objetivo específico de projetar, implantar, operar e explorar o parque eólico denominado "Rei dos Ventos I".

A Companhia é controlada diretamente pela Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. e indiretamente pela Auren Operações S.A. e pela Auren Energia S.A.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ("ANEEL") a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia Nova ("LER") e portaria do Ministério de Minas e Energia ("MME"):

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Brasventos Eolo	2º LER/2009	963/2010	13/12/10	12/12/45	35 anos	2014	35	58	22

Comercialização de energia

Em 31 de dezembro de 2024, o complexo possuía 100% de sua energia contratada no ACR, conforme abaixo:

Parque Gerador	Contrato	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Brasventos Eolo	2º LER/2009	CCEE	160.999	351,42	jul/12	jun/32	IPCA	Julho

1.1 Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 15 de abril de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS- -Continuação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo no montante de R\$1.779 e prejuízo de R\$3.865, está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e assim dar continuidade a seus negócios no futuro, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Apesar do risco de *constrained-off* mencionado na nota 13.2 (c.2), a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes elencado(s) abaixo e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- -Continuação

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024-- Continuação

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS- -Continuação

2.7 Revisão de política contábil

A Companhia, objetivando alinhamento com o Grupo Auren após a transação de combinação de negócios, procedeu a revisão da sua política contábil relativa à classificação de aplicações financeiras de curto prazo como equivalentes de caixa. A Companhia avaliou que o referido alinhamento resulta em informação mais relevante para os usuários das suas demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia julga que a nova prática contábil é melhor que a anteriormente adotada, por ser mais aderente à prática adotada por outras companhias abertas.

As aplicações financeiras de curto prazo da Companhia vinham sendo classificadas de acordo com o prazo de vencimento, na data de sua aquisição. Dessa forma, apenas as aplicações com prazos de vencimento iguais ou menores que 90 dias eram classificadas como equivalentes de caixa, visto que esse é o indicado no IAS 7/CPC 03, e tal diretriz está alinhada com a política e estratégia de gerenciamento de caixa do acionista anterior. Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias eram classificadas como investimentos de curto prazo. A Companhia analisou a movimentação dos seus investimentos de curto prazo e concluiu que as aplicações financeiras, representadas por CDBs e operações compromissadas, ainda que com prazo de contratação superior a 90 dias, podem ser resgatadas dentro de 90 dias, conforme seus compromissos de curtíssimo prazo, sem perda de valor em caso de resgate antecipado, ou seja, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, atingindo assim a definição de equivalente de caixa. Adicionalmente, o Grupo Auren gerencia o seu caixa considerando tais aplicações financeiras como parte da disponibilidade imediata, diferente do acionista anterior.

Dessa forma, a Companhia voluntariamente reclassificou as para equivalentes de caixa as aplicações financeiras cujo prazo de vencimento é superior a 90 dias, porém não possuem risco de perda de valor caso o resgate ocorra em data anterior ao vencimento, e que anteriormente estavam classificadas como investimentos de curto prazo.

Em 1º de janeiro de 2023 foi reclassificado o valor de R\$32.951, e em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$33.131, da rubrica de “investimento de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”.

Adicionalmente, houve um aumento na atividade de investimento de R\$132, conforme demonstrado a seguir:

01/01/2023	Original	Reclassificação	Reapresentado
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	66	32.951	33.017
Investimentos de curto prazo	32.951	(32.951)	-
Contas a receber de clientes	5.585	-	5.585
Estoques	1.125	-	1.125
Conta de ressarcimento	3.173	-	3.173
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	326	-	326
Outros tributos a recuperar	525	-	525
Outros ativos	1.361	-	1.361
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	45.112	-	45.112
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Cauções e depósitos vinculados	3.390	-	3.390
Tributos diferidos	1.493	-	1.493
Imobilizado, líquido	165.189	-	165.189
Intangível, líquido	86	-	86
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	170.158	-	170.158
TOTAL DO ATIVO	215.270	-	215.270

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- -Continuação

2.7 Revisão de política contábil--Continuação

31/12/2023	Original	Reclassificação	Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	791	33.131	33.922
Investimentos de curto prazo	33.131	(33.131)	-
Contas a receber de clientes	1.167	-	1.167
Contas a receber partes relacionadas	528	-	528
Estoques	3.411	-	3.411
Conta de ressarcimento	3.308	-	3.308
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	723	-	723
Outros tributos a recuperar	354	-	354
Outros ativos	1.688	-	1.688
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	45.101	-	45.101
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Cauções e depósitos vinculados	3.248	-	3.248
Tributos diferidos	3.231	-	3.231
Contas a receber partes relacionadas	721	-	721
Imobilizado, líquido	166.211	-	166.211
Intangível, líquido	64	-	64
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	173.475	-	173.475
TOTAL DO ATIVO	218.576	-	218.576
2023			
Atividades operacionais:			
Lucro Líquido do exercício	4.771	-	4.771
Ajustes para conciliar o Lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	8.935	-	8.935
Atualização monetária sobre ressarcimento	(769)	-	(769)
Juros sobre arrendamento	522	-	522
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	(413)	-	(413)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(2.524)	2.524	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	(787)	-	(787)
	9.735	2.524	12.259
Variação de ativos e passivos operacionais	25.093	(65)	25.028
Juros resgatados de cauções e depósitos vinculados	2.147	(2.147)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.571)	-	(2.571)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	(522)	-	(522)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	33.882	312	34.194
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(7.026)	-	(7.026)
Aplicações/resgates em investimentos de curto prazo	132	(132)	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	555	-	555
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(6.339)	(132)	(6.471)
Atividades de financiamentos:			
Redução de capital	(26.551)	-	(26.551)
Pagamentos de arrendamentos (principal)	(267)	-	(267)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(26.818)	-	(26.818)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	725	180	905
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	66	32.951	33.017
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	791	33.131	33.922

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os CDBs e Quotas de fundos de investimento são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa			
Numerário disponível	232	33.922	66
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	-	-	32.951
Quotas de fundos de investimento (a)	24.289	-	-
Total	24.521	33.922	33.017

- (a) As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por compromissadas.

Em 31 de dezembro de 2024, os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Operações Compromissadas e Quotas de fundo de investimento possuem liquidez diária e rentabilidade média de 97,81% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100,80% em 31 de dezembro de 2023).

4 CONTAS A RECEBER PARTES RELACIONADAS

	2024	2023
Ativo circulante		
Contas a receber de partes relacionadas		
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (i)	30.847	252
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	-	100
Auren Operações S.A.	-	176
Subtotal	30.847	528
Ativo não circulante		
Contas a receber de partes relacionadas		
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	389	389
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	332	332
Subtotal	721	721
Total	31.568	1.249

- (i) Com o objetivo de otimizar a eficiência operacional, a Companhia, com a interveniência de suas parceiras do complexo Ventus, centralizaram a gestão de estoques e o contrato prevê o repasse de peças e reserva financeira para manutenção de um saldo mínimo de estoques e possíveis aquisições de peças para reposição. Com o início dessa operação, os saldos entre partes relacionadas passam a ter maior relevância.

5 CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia Reserva celebrados entre a Companhia e a CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre o PLD médio do ano em referência e a receita fixa unitária, conforme expresso no referido contrato.
- Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até – 10% de geração) serão valorados ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio em referência e a receita fixa unitária e pagos em 12 parcelas, iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.
- A energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos, (30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração é liquidada no mercado de curto prazo, valorados ao PLD mensal e serão recebidos mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
	Ativo	Ativo
<u>Ativo circulante</u>		
Conta de ressarcimento	-	3.308
Subtotal	-	3.308
	Passivo	Passivo
<u>Passivo circulante</u>		
Conta de ressarcimento	(57.809)	(4.948)
<u>Passivo não circulante</u>		
Conta de ressarcimento	(6.107)	(41.364)
Subtotal	(63.916)	(46.312)
Total	(63.916)	(43.004)

A movimentação do ressarcimento é como segue:

5 CONTA DE RESSARCIMENTO--Continuação

	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.173	(26.044)
Adição / reversão	-	(22.869)
Amortização	-	3.369
Ressarcimento contratual	135	-
Atualização monetária	-	(768)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.308	(46.312)
Adição / reversão	179	(21.534)
Amortização	(3.487)	4.481
Atualização monetária	-	(551)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(63.916)
Circulante	-	57.809
Não circulante	-	6.107

Cronograma de processamento dos ressarcimentos

Os eventos de *constrained-off* ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de c-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período "provisório" do c-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período "provisório" do c-off.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes aos ressarcimentos do período "definitivo" do c-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

6 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL), para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2024			2023
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,88%	55.461	(22.677)	32.784
Máquinas e equipamentos	3,71%	193.939	(83.682)	110.257
Móveis e utensílios e outros	6,26%	55	(22)	33
Imobilizado em serviço		249.455	(106.381)	143.074
Imobilizado em curso (i)		9.637	-	9.637
Bens vinculados às concessão e autorizações		259.092	(106.381)	152.711
Direito de uso de terreno arrendado		-	-	5.048
Total Imobilizado		259.092	(106.381)	152.711

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

6 IMOBILIZADO--Continuação

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração (i)	Baixas	Transferências / Reclassificações (ii)	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	55.461	-	-	-	-	55.461
Máquinas e equipamentos	194.038	-	-	(95)	(4)	193.939
Móveis e utensílios e outros	55	-	-	-	-	55
Imobilizado em serviço	249.554	-	-	(95)	(4)	249.455
Imobilizado em curso	9.331	2.907	-	-	(2.601)	9.637
Bens vinculados às concessão e autorizações	258.885	2.907	-	(95)	(2.605)	259.092
Direito de uso de terreno arrendado	5.956	-	(5.956)	-	-	-
Subtotal	264.841	2.907	(5.956)	(95)	(2.605)	259.092
Depreciação / Amortização arrendamento	(98.630)	(9.082)	1.291	46	(6)	(106.381)
Total Imobilizado	166.211	(6.175)	(4.665)	(49)	(2.611)	152.711

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Transferências / Reclassificações (ii)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	55.461	-	-	-	55.461
Máquinas e equipamentos	192.216	-	1.735	87	194.038
Móveis e utensílios e outros	39	-	-	16	55
Imobilizado em serviço	247.716	-	1.735	103	249.554
Imobilizado em curso	1.651	7.026	-	654	9.331
Bens vinculados às concessão e autorizações	249.367	7.026	1.735	757	258.885
Direito de uso de terreno arrendado	5.901	-	55	-	5.956
Subtotal	255.268	7.026	1.790	757	264.841
Depreciação / Amortização arrendamento	(90.079)	(8.914)	-	363	(98.630)
Total Imobilizado	165.189	(1.888)	1.790	1.120	166.211

(i) A Companhia objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento. Ao se aplicarem as premissas do grupo Auren, concluiu-se pela necessidade de reavaliação recorrente da estimativa contábil daqueles contratos que possuem contraprestação variável atrelado ao faturamento. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

(i) Refere-se às reclassificações do imobilizado para estoque.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

7 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A movimentação do passivo arrendado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Movimentação
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.391
Remensuração	322
Encargos financeiros	522
Pagamento de encargos financeiros	(522)
Pagamento de principal	(267)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.446
Remensuração (i)	(5.198)
Encargos financeiros	409
Pagamento de encargos financeiros	(409)
Pagamento de principal	(248)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-

- (i) A Companhia objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento, concluindo pela mudança de estimativa, que acarretou a baixa dos arrendamentos. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do período.

8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$132.106, representado por 170.154.215 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

8.2 Reserva de lucros

(a) Reserva Legal

A Companhia constitui reserva de lucros por meio da destinação de 5% do lucro do exercício para reserva legal, sendo o total da reserva limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. A reserva legal poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

(b) Reserva de Investimento

Para atender à projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá ser justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2024.

8.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o contrato social, compete aos diretores deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia distribuiu R\$4.162 como dividendos intermediários.

9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber quando haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	2024	2023
Contratos de energia eólicos	45.978	53.940
Ressarcimento de energia	(13.487)	(18.442)
Partes relacionadas	544	-
Mercado de curto prazo	-	2
Receita operacional bruta	33.035	35.500
(-) PIS e COFINS	(1.331)	(1.031)
Receita operacional líquida	31.704	34.469

10 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2024	2023
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos bilaterais	(5.150)	-
Contratos com partes relacionadas	(113)	(211)
Mercado de curto prazo	(23)	(11)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(7.727)	(7.567)
Taxa de fiscalização ANEEL	(261)	(238)
Subtotal	(13.274)	(8.027)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(8.654)	(10.173)
Material	(1.942)	(414)
Depreciação e amortização	(9.019)	(8.935)
Seguros	(1.215)	-
Arrendamentos e aluguéis	(173)	(1)
Contribuições setoriais	(74)	(59)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	(49)	-
Outros custos operacionais	(5)	(20)
Subtotal	(21.131)	(19.602)
Total	(34.405)	(27.629)

11 RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	2.268	2.524
Variações monetárias	333	413
Variações cambiais	92	-
Outras receitas financeiras	563	31
Subtotal	3.256	2.968
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamento	(409)	(522)
Atualização de provisão desmobilização	(407)	(88)
Atualização monetária sobre ressarcimento	(551)	(769)
Tarifas e encargos bancários	(21)	(95)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(163)	(88)
Outras despesas financeiras	(175)	(24)
Subtotal	(1.726)	(1.586)
Total Líquido	1.530	1.382

12 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

12 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL--Continuação

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2024	2023	2024	2023
Receita operacional tributável	58.403	53.792	58.403	53.792
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Lucro presumido	4.672	4.303	7.008	6.455
Outras receitas	3.843	2.832	3.843	2.832
Outros ajustes	-	-	-	-
Base de cálculo	8.515	7.135	10.851	9.287
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(1.277)	(1.070)	(977)	(836)
Adicional (10%)	(828)	(690)	-	-
Outros ajustes	-	(122)	-	(96)
IRPJ e CSLL corrente	(2.105)	(1.882)	(977)	(932)
IRPJ e CSLL diferido	438	511	237	276
IRPJ e CSLL no resultado	(1.667)	(1.371)	(740)	(656)
Alquota efetiva	3,60%	3,50%	1,67%	1,73%

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

13.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2024		2023		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Numerário disponível	3	232	232	791	791	Custo amortizado
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	3	8.722	8.722	33.131	33.131	Valor justo por meio do resultado
Quotas de fundos de Investimentos	3	15.567	15.567	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		4.348	4.348	1.167	1.167	Custo amortizado
Contas a receber partes relacionadas	4	31.568	31.568	1.249	1.249	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	5	-	-	3.308	3.308	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		3.069	3.069	3.248	3.248	Custo amortizado
Total		63.506	63.506	42.894	42.894	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		6.448	6.448	3.655	3.655	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	5	63.916	63.916	46.312	46.312	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	7	-	-	5.446	5.446	Custo amortizado
Dividendos a pagar		-	-	371	371	Custo amortizado
Total		70.364	70.364	55.784	55.784	

13.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e cauções e depósitos vinculados.

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a *bureaus* de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.1) Risco de crédito--Continuação

Contas a receber--Continuação

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	24.521	33.922
Contas a receber de clientes	4.348	1.167
Cauções e depósitos vinculados	3.069	3.248
Total	31.938	38.337

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia.

	Menos de 3 meses	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Fornecedores	6.448	6.448
Total	6.448	6.448

(b.3) Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros nas datas bases de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é:

	2024	2023
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	8.722	33.131
Quotas de fundos de Investimentos	15.567	-
Total	24.289	33.131

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.3) Riscos de taxas de juros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI. O caixa não está sendo considerado como saldo de exposição, visto que não há risco de oscilação devido às mudanças nas taxas de juro de mercado.

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e ressarcimento.

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,43%	13,90%	17,38%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	CDI	8.722	606	910	1.212	1.516	1.819
Quotas de fundos de investimento	CDI	15.567	1.082	1.624	2.164	2.706	3.246
Impacto no resultado			1.688	2.534	3.376	4.222	5.065
Total da exposição líquida			1.688	2.534	3.376	4.222	5.065

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(63.916)	(1.598)	(2.397)	(3.196)	(3.995)	(4.794)
Impacto no resultado			(1.598)	(2.397)	(3.196)	(3.995)	(4.794)
Total da exposição líquida			(1.598)	(2.397)	(3.196)	(3.995)	(4.794)

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Ventus Holding, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do *constrained-off*.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

Para as usinas de fonte solar, a ANEEL aprovou em setembro de 2024 a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que estabelece os procedimentos e os critérios para apuração e pagamento de restrições da operação de usinas solares fotovoltaicas por *constrained-off*.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

Constrained-off de usinas eólicas--Continuação

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como “Razão de indisponibilidade externa”. O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa “franquia” é considerada metade da franquia calculada para as usinas eólicas, considerando que o período de geração da fonte solar se aproxima a metade das horas de um dia. Atualmente de 41 horas e 30 minutos por ano para a fonte solar.

Esta regra passou a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE, pendente de abertura de nova Consulta Pública pela ANEEL.

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ajuizaram ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off* e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

Constrained-off de usinas eólicas--Continuação

Diante de tal contexto, o ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por *constrained-off* para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021 seguem suspensos até que tais providências sejam definidas pelos órgãos responsáveis. Eventuais recontabilizações de períodos anteriores podem ocorrer a depender das movimentações da ação judicial em curso.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, o caderno de regras da CCEE “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”, o qual foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passou a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros passaram a ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome das associações ABEEÓLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.

Fruto da discussão jurídica, a ABEEÓLICA e ABSOLAR conjuntamente, representando a Companhia e outras associadas, impetraram requerimento administrativo com pedido de medida cautelar com vistas ao afastamento da exigência de lastro e de penalidades por insuficiência de lastro de energia de reserva de fontes eólica e solar, determinadas pela resolução em questão. Entretanto, a ANEEL votou “por não conhecer, devido sua intempestividade e por protocolado em face de norma geral e abstrata” através do Despacho nº 661/2022, o qual as requerentes questionaram através de um pedido de reconsideração, igualmente indeferido.

Em dezembro de 2022, em decorrência do processo de apuração de lastro, a CCEE enviou aos agentes, incluindo a Companhia, Termos de Notificação de Sanção por Lastro de Energia. Foram recebidas Notificações para 3 usinas UFV Guaimbê I, EOL da Prata e EOL Ventos do Nordeste, totalizando R\$177 referente ao ano de 2021. Mais adiante, com a aquisição pela Companhia de novos ativos, a Companhia foi notificada de suas penalidades em parte das usinas, sendo elas as eólicas Ventos De Santa Joana VI, Ventos De Santa Joana VIII, Ventos De Santa Joana XIV, Ventos De Santo Onofre I, Ventos De Santo Onofre III, Ventos De Santa Brigida I, Ventos De Santa Brigida II, Ventos De Santa Brigida III, Ventos De Santa Brigida IV, Ventos De Santa Brigida V, Ventos De Santa Brigida VI e Ventos De Santa Brigida VII, totalizando R\$650 para o mesmo período.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares--Continuação

Considerando os documentos recebidos, a Companhia contestou as cobranças oficialmente através de solicitação à CCEE de recebimento da referida contestação, atribuindo a ela o efeito suspensivo que lhe é próprio. Assim, em janeiro de 2023, o Conselho de Administração da CCEE, após avaliar os fundamentos e razões de impugnação deliberou, em primeiro momento, pelo sobrestamento da análise da contestação do Termo de Notificação.

Em janeiro de 2023, a ABEEólica e a ABSOLAR, em continuidade ao trabalho jurídico de parecer, em conjunto com seus associados, protocolaram ação judicial para afastamento da indevida penalidade de lastro de energia de reserva. Em fevereiro de 2023, foi deferida a tutela de urgência requerida nos autos da Ação, onde a decisão é por suspender a exigência de lastro de energia de reserva, bem como qualquer contabilização, imputação, notificação (inclusive os Termos de Notificação relativos aos anos de 2021 e seguintes que tenham por fundamento essa a REN 909/2020), exigibilidade e/ou liquidação de penalidade por insuficiência de lastro para energia de reserva de fonte eólica e solar.

O processo segue em tramitação e sem novas atualizações desde o deferimento da liminar.